



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Internacionalização na Pós-Graduação *Stricto Sensu*

24 julho de 2018 - FORSEC

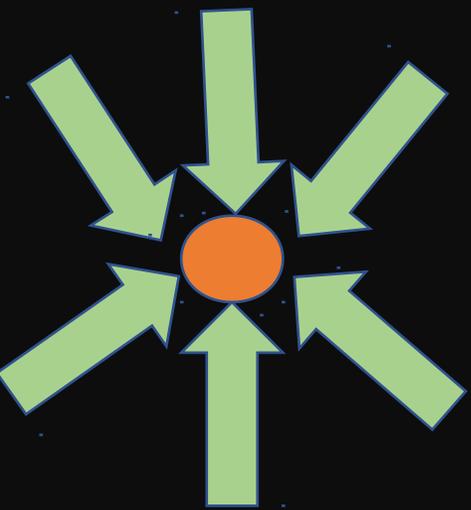
Luís Henrique Sacchi dos Santos (PPGEDU/UFRGS)

O material aqui apresentado foi elaborado por Luís Henrique Sacchi dos Santos para apresentação na Reunião do FORPRED/ANPED, como parte do **GT Internacionalização** [os demais GTs do FORPRED/ANPED são inserção social, financiamento e produção científica], realizada entre 27 e 29 de setembro de 2017, previamente à 38ª. Reunião Anual da ANPED, em São Luís/MA.

No que se segue, apresenta-se um conjunto de citações, retiradas de diferentes artigos [publicados a partir de 2000], com o objetivo de destacar alguns pontos interessantes para se problematizar a questão da internacionalização.

O objetivo, aqui, é apresentar um conjunto de recortes que nos permita pensar, numa primeira tomada, no **quanto a internacionalização se constitui como um processo que vem se desenhando, segundo alguns dos autores, de modo mais sistemático desde os anos 1970 com os investimentos na pós-graduação brasileira.**

O Próprio PPGEDU/UFRGS,
nasce, em 1972, como efeito
disso, fortemente marcado pela
pesquisa e pela formação inicial
de seus pesquisadores, no
momento de emergência e
consolidação da pós-graduação
brasileira, em países como
Alemanha, Itália, França,
Espanha, Estados Unidos



As demandas pela internacionalização, hoje, tem a ver, em certa medida, com os modelos que se instituíram na pós-graduação em educação e que foram, no caso dos cursos mais bem estabelecidos, se desenhando e concretizando de distintas formas, mas, sobretudo, caracterizados por aquilo que muitos autores chamam de **INTERNACIONALIZAÇÃO PASSIVA** – enviar professores e alunos para o exterior – frente ao desafio da **INTERNACIONALIZAÇÃO ATIVA**, que requer a constituição dos programas de pós-graduação brasileiros como **POLOS ATRADORES** de pesquisadores, professores e alunos

rente a internacionalização em seu sentido mais amplo, tal como frequentemente criticamos – e que se pode encontrar mais detalhadamente nos excertos abaixo – cabe colocarmos pelo menos duas outras perspectivas – talvez intimamente articuladas – a da **COOPERAÇÃO** (como uma política educacional – FEIJÓ, 2014) e da **SOLIDARIEDADE** entre os Programas – ponto que a região sul tem colocado como importante, sobretudo na direção de os programas “fortes” estabelecerem parcerias na direção de “auxiliarem” os programas mais “fracos”. Nesta direção, no entanto, também cabe perguntar acerca das políticas de fomento e como elas possibilitam isso ou não.

Duas questões balizadoras:

- Que política é esta que se volta à adoção de um modelo de avaliação de pós-graduação que poucos esforços parece fazer na direção de olhar para o seu próprio país?
- Não seria função das políticas públicas de fomento à Pós-graduação no país procurar romper com paradigmas/modelos importados e voltar-se à constituição de saídas possíveis para problemas?

Disseram que eu voltei americanizada...

SANTOS,
Cássio
Miranda dos.
Tradições e
contradições da
pós-graduação
no Brasil.
Educ. Soc.,
Campinas,
vol. 24, n. 83,
p. 627-641,
agosto 2003,
Disponível em
<http://www.cedes.unicamp.br>

“O professor Darcy Ribeiro, no final da década de 1970, manifestou sua avaliação positiva com relação à política de implantação e desenvolvimento dos cursos de pós-graduação no Brasil. (...) A faceta da dependência de modelos externos, contudo, própria do contexto de sua implantação, deve ser também considerada, uma vez que trouxe implicações na estrutura dos currículos, programas, nas formas de avaliação e em diversas outras áreas dos cursos de pós-graduação, cuja análise se torna necessária para uma eventual correção de rota” (p.628)

SANTOS,
Cássio
Miranda dos.
Tradições e
contradições da
pós-graduação
no Brasil.
Educ. Soc.,
Campinas,
vol. 24, n. 83,
p. 627-641,
agosto 2003,
Disponível em
<http://www.cedes.unicamp.br>

Foi neste contexto de dependência em relação às “nações centrais” que se deu a instalação da pós-graduação no Brasil. Uma sociedade dependente vincula-se a outra, supostamente mais organizada e desenvolvida, para estabelecer uma relação de “parceria subordinada”. (...) **Nesse contexto, o valor do cientista depende do impacto internacional que seu trabalho tem e da consonância do tema de sua pesquisa com os interesses dos países desenvolvidos.** A interferência da United States Agency for International Development (USAID) nos rumos da educação brasileira na década de 1960 deve ser entendida sob esta ótica (Romanelli, 1993, p. 196; Werebe, 1994, p. 173). (IDEM, p.629)

SANTOS,
Cássio
Miranda dos.
Tradições e
contradições da
pós-graduação
no Brasil.
Educ. Soc.,
Campinas,
vol. 24, n. 83,
p. 627-641,
agosto 2003,
Disponível em
<http://www.cedes.unicamp.br>

A internacionalização das publicações é um padrão totalmente adequado aos trabalhos as áreas de Ciências Exatas e Biológicas, **cujos temas não estão, necessariamente, circunscritos a um espaço geográfico, cultural e histórico.** A publicação em periódicos internacionais de trabalhos na área de Ciências Humanas é algo muito mais difícil e improvável.

SANTOS,
Cássio
Miranda dos.
Tradições e
contradições da
pós-graduação
no Brasil.
Educ. Soc.,
Campinas,
vol. 24, n. 83,
p. 627-641,
agosto 2003,
Disponível em
<http://www.cedes.unicamp.br>

O próprio relator do Parecer 977/65, Newton Sucupira, admitiu tal opção; um dos capítulos chega a ter o sugestivo título: “Um exemplo de pós-graduação: a norte-americana”. Ao longo do referido capítulo, e por todo o Parecer, **o relator argumenta em favor da implantação do modelo norte-americano de pós-graduação no Brasil. (...) Fazendo a ressalva de que o modelo norte-americano devia servir de orientação e não de matriz para uma eventual cópia,** Newton Sucupira afirmou que “sendo, ainda, incipiente a nossa experiência em matéria de pós-graduação, teremos de recorrer inevitavelmente a modelos estrangeiros para criar nosso próprio sistema”. A preferência pela sistemática norte-americana justificava-se, segundo o relator, pelo êxito de sua longa existência e pela influência sobre a pós-graduação de outros países. (IDEM, p.632).

A tomada da pós-graduação norte-americana como padrão seria interessante se fosse encarada como um processo de fertilização, adaptado às condições e aos contextos nacionais. A transplantação de um modelo, ao contrário, revela mimetismo. “Nesse campo, ainda menos que em outros, a imitação acrítica e a incorporação de modelos estrangeiros podem ter consequências inesperadas e funestas se não levarmos, adequadamente, em conta as tradições universitárias nacionais” (Graciarema, 1972, p. 271).

SANTOS,
Cássio
Miranda dos.
Tradições e
contradições da
pós-graduação
no Brasil.
Educ. Soc.,
Campinas,
vol. 24, n. 83,
p. 627-641,
agosto 2003,
Disponível em
<http://www.cedes.unicamp.br>

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. Educar, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006. Editora UFPR.

Marginson e Rhoades (2002) conceituam **Internacionalização como a globalização do ensino superior**, o desenvolvimento do aumento de sistemas educacionais integrados e as relações universitárias além da nação. Estes autores conceituam também **Capitalismo acadêmico**, que identifica uma tendência global de privatização na educação superior, com todas as características inerentes, inclusive com destaque ao lucro. (p.116)

(...)
É de Altbach (2004) que vem o alerta para os perigos da educação transnacional e da multinacionalização da educação superior, com o risco de termos a **macdonaldização** (p.117).

MARRARA
, Thiago.
Internacion
alização da
Pós-
Graduação:
objetivos,
formas e
avaliação.
R B P G,
Brasília, v.
4, n. 8, p.
245-262,
dezembro
de 2007.

... A característica principal dessa visão reside na ideia de internacionalização, mais como uma ferramenta de marketing a favor da promoção do nome da IES e da busca de novos consumidores para seus serviços, motivada geralmente por interesses financeiros, do que pelo ânimo de colaborar como o desenvolvimento científico e educacional.

MARRARA
, Thiago.
Internacion
alização da
Pós-
Graduação:
objetivos,
formas e
avaliação.
R B P G,
Brasília, v.
4, n. 8, p.
245-262,
dezembro
de 2007.

De outro lado, **as políticas de internacionalização poderiam ser vistas como ferramentas a serviço da formação de docentes, pesquisadores e discentes. Sob esse enfoque predominantemente acadêmico, ela permitiria a realização de experiências complementares ao processo educacional no âmbito da graduação e da pós-graduação. Esse processo de internacionalização para fins estritamente acadêmicos, pautar-se-ia, em última instância, pelo intuito de contribuir com o desenvolvimento da educação e da ciência, através da colaboração e da troca de**

MARRARA,
Thiago.
Internacionali-
zação da
Pós-
Graduação:
objetivos,
formas e
avaliação. R
B P G,
Brasília, v. 4,
n. 8, p. 245-
262,
dezembro de
2007.

Não basta que determinada IES adote planos de internacionalização sem atentar para as ações que são necessárias e adequadas para implementá-los efetivamente. Esse processo depende não apenas do estabelecimento de objetivos, mas também da (p.252) **escolha de formas e, conseqüentemente, da tomada de medidas administrativas, financeiras e acadêmicas em diversos setores. (...)**

MARRARA
, Thiago.
Internacion
alização da
Pós-
Graduação:
objetivos,
formas e
avaliação.
R B P G,
Brasília, v.
4, n. 8, p.
245-262,
dezembro
de 2007.

Pelo conjunto de atividades e recursos que envolve, a **internacionalização passiva** depende grandemente do apoio das agências de fomento e amparo à pesquisa, razão pela qual, no Brasil, a Capes e o CNPq podem ser vistos como principais motores para o sucesso dessa forma de internacionalização.

Diferentemente, a **internacionalização ativa** se caracteriza pelo recebimento de docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros e pela participação desses agentes em cursos e períodos da IES nacional.



MARRARA
, Thiago.
Internacion
alização da
Pós-
Graduação:
objetivos,
formas e
avaliação.
R B P G,
Brasília, v.
4, n. 8, p.
245-262,
dezembro
de 2007.

O reconhecimento dessas duas formas é importante, em primeiro lugar, porque elas **revelam caminhos distintos** para a internacionalização acadêmica, **os quais devem ser escolhidos de acordo com os pontos fortes e fracos de cada IES**. Além disso, a clareza a respeito da forma escolhida é um pressuposto para que a IES tome medidas administrativas e acadêmicas concretas e coerentes. **Em terceiro lugar, essas formas servem para orientar, tanto a política de apoio das agências de fomento e amparo à pesquisa, quanto a avaliação dos programas de pós-graduação pela**

MARRARA,
Thiago.
Internacionali-
zação da
Pós-
Graduação:
objetivos,
formas e
avaliação. R
B P G,
Brasília, v. 4,
n. 8, p. 245-
262,
dezembro de
2007.

Disso decorrem duas consequências:

1) a avaliação deveria considerar como a internacionalização de certa IES *beneficia* seu corpo discente e docente no exercício de suas atividades acadêmicas internas;

2) dever-se-ia verificar em que medida esses benefícios *se reverterem em favor da solução de problemas nacionais ou comuns da humanidade* (p.257).

MARRARA,
Thiago.
Internacionali-
zação da
Pós-
Graduação:
objetivos,
formas e
avaliação. R
B P G,
Brasília, v. 4,
n. 8, p. 245-
262,
dezembro de
2007.

(...) Se certa IES pode se internacionalizar institucional e academicamente de forma ativa, passiva ou combinada, **é preciso que os indicadores e critérios de avaliação dos programas de pós-graduação reconheçam essas formas (p.258).**

KRAWCZYK, Nora
Rut. As Políticas de
Internacionalização
das Universidades
no Brasil: o caso da
regionalização no
Mercosul. *Jornal de
Políticas
Educativas*. n° 4 |
julho–dezembro de
2008, pp. 41–52.

Outro elemento importante a destacar do processo deslanchado nos últimos anos é que o caráter da integração das **universidades do Mercosul** não necessariamente pressupõe um processo de regionalização da produção do conhecimento. Entendemos por regionalização da produção do conhecimento a construção coletiva de um saber regional que permita enfrentar criticamente os desafios colocados às sociedades nesta fase da economia globalizada. Neste sentido, as construções coletivas da produção do conhecimento regional pressupõem que os pesquisadores e suas instituições passem a pensar em si próprios fora dos limites nacionais e assumam enfoques transnacionais

KRAWCZYK, Nora
Rut. As Políticas de
Internacionalização
das Universidades
no Brasil: o caso da
regionalização no
Mercosul. *Jornal de
Políticas
Educativas*. n° 4
| julho–dezembro
de 2008, pp. 41–
52.

A partir de 2001, as políticas de cooperação científica e tecnológica internacional tomam maior fôlego no Brasil, no marco de uma política de abertura a novos mercados e de construção de uma liderança regional. Tradicionalmente, a cooperação universitária internacional era (p.45) realizada principalmente com a França, com Alemanha e com E.E.U.U., enfatizavam no intercâmbio a formação de recursos humanos por meio de bolsas de estudo e do financiamento para pesquisa acadêmica. Hoje [2008] existe na política externa do governo brasileiro um maior incentivo também para a cooperação Sul/Sul, isto é com Índia, China e África; também com países de língua portuguesa e com a América Latina

LIMA, Manolita
Correia;
MARANHÃO,
Carolina Machado
Saraiva de
Albuquerque. O
sistema de
educação superior
mundial: entre a
internacionalização
ativa e passiva.
Avaliação,
Campinas;
Sorocaba, SP, v. 14,
n. 3, p. 583-610,
nov. 2009.

O raciocínio permitirá argumentar que enquanto a **internacionalização ativa** está limitada a poucos países, se presta a criar condições que favorecem a emergência de uma espécie de internacionalização hegemônica (...) e por isso mesmo capaz de exercer expressiva influência sobre a organização do sistema mundial de educação superior; a **internacionalização passiva** está presente na maioria dos países semiperiféricos e periféricos da economia-mundo e seus resultados tendem a responder mais a interesses comerciais do que culturais.

KRAWCZYK, Nora
Rut. As Políticas de
Internacionalização
das Universidades
no Brasil: o caso da
regionalização no
Mercosul. *Jornal de
Políticas
Educativas*. n° 4
| julho–dezembro
de 2008, pp. 41–
52.

Então, como associar a internacionalização da educação a processos de integração, baseados na solidariedade e cooperação internacional, quando os recursos humanos e materiais provenientes dos países da periferia da economia mundo ajudam a financiar a educação dos países centrais? (p.588).

KRAWCZYK, Nora
Rut. As Políticas
de
Internacionalizaç
ão das
Universidades no
Brasil: o caso da
regionalização no
Mercosul. Jornal
de Políticas
Educativas. n.º
4 | julho–
dezembro de
2008, pp. 41–52.

... a variação da matrícula internacional revela que o sistema de educação superior ainda não alcançou maturidade e que os países [do Mercosul] ainda não dispõem de política capaz de estimular a internacionalização ativa. Governos e instituições dos países da região parecem mais desafiados a criar condições de acesso à educação, à população autóctone. Além disso, historicamente, as iniciativas ligadas à internacionalização da educação são predominantemente estabelecidas com os países hegemônicos e tradicionalmente associadas à emergência/amadurecimento

KRAWCZYK, Nora
Rut. As Políticas de
Internacionalização
das Universidades
no Brasil: o caso da
regionalização no
Mercosul. *Jornal de
Políticas
Educativas*. n° 4
| julho–dezembro
de 2008, pp. 41–
52.

Alguns dados ultrapassados: [Segundo relatório de 2007], enquanto o Brasil acolhe 1.246 estudantes, emite 20.778; o Chile acolhe 1.966 e emite 8.679; a Venezuela acolhe 2.472 e emite 10.694. Há relativo equilíbrio na emissão e recepção de estudantes internacionais na Costa Rica (acolhe 1.560, envia 1.716) e desequilíbrio positivo no caso de Cuba (acolhe 14.414 e envia 1.688) (p.603).

DE LA FARE,
Mónica; SCHULZ,
Leslie Adriana
Quiroz; PORTES,
Claudia Regina
Pacheco Título:
Políticas de
internacionalización
del Posgrado: la
movilidad
académica en
doctorados en
Educación de
Argentina, México
y Brasil. Trabajo
preparado para su
presentación en el
9º Congreso
Latinoamericano
de Ciencia Política,
organizado por la
Asociación
Latinoamericana
de Ciencia Política
(ALACIP).
Montevideo, 26 al
28 de julio de
2017.

Por otro lado, desde la introducción del documento se hace referencia a modelos externos y a comparaciones con países de tradición educativa mundial:

Harvard, MIT, Standford, Oxford, Cambridge y otras grandes universidades del mundo cuentan con un 20% de estudiantes extranjeros en sus matrículas. En el conjunto de las universidades brasileñas, según datos de la Policía Federal, entre 2006 y 2010, el número de alumnos extranjeros saltó de 934 a 2.278, es decir que creció un 144%; sin embargo, ese número aún es insignificante comparado con el universo de estudiantes. En las estatales paulistas, donde la concentración es mayor, los extranjeros no pasan del 2%, siendo que el SNPG tiene actualmente el porte y la estructura para absorber un mayor número. (CAPES, 2010: 21-22).

GOERGEN
Pedro. A
internacionali-
zação dos
programas de
pós-
graduação.
REP - Revista
Espaço
Pedagógico,
v. 19, n. 2,
Passo Fundo,
p. 247-257,
jul./dez.
2012.

Seja como for, entre críticas e aplausos, a globalização, internacionalização ou transnacionalização, como às vezes se prefere, é um fenômeno incontornável de um novo momento cultural e econômico envolvendo todas as pessoas, inclusive as de lugares muito remotos, e todas as áreas da atividade humana. Este é um aspecto importante a ser assinalado: estamos acostumados a ver e a sentir a realidade e os efeitos da globalização ou internacionalização desde o ponto de vista econômico sem dar muita atenção à verdadeira abrangência e profundidade cultural/civilizatória deste processo. (p.248).

FEIJÓ, Rosemeri
Nunes. A
internacionalização
da pós-graduação no
Brasil e as políticas
de cooperação. XIV
COLÓQUIO
INTERNACIONAL DE
GESTÃO
UNIVERSITÁRIA –
CIGU A Gestão do
Conhecimento e os
Novos Modelos de
Universidade
Florianópolis – Santa
Catarina – Brasil 3, 4
e 5 de dezembro de
2014. ISBN: 978-85-
68618-00-4

Essa reforma não é imposta aos governos nacionais nem às universidades; a Declaração de Bolonha é um compromisso voluntário de cada país europeu signatário, no sentido de reformar o seu próprio sistema de ensino. O processo surgiu por meio de acordos e projetos e da necessidade e vontade de partir, através dos estudos, em busca de novos horizontes, interagindo em outros países que pudessem oferecer novos conhecimentos técnicos e culturais, por

FEIJÓ, Rosemeri
Nunes. A
internacionalização
da pós-graduação no
Brasil e as políticas
de cooperação. XIV
COLOQUIO
INTERNACIONAL DE
GESTÃO
UNIVERSITÁRIA –
CIGU A Gestão do
Conhecimento e os
Novos Modelos de
Universidade
Florianópolis – Santa
Catarina – Brasil 3, 4
e 5 de dezembro de
2014. ISBN: 978-85-
68618-00-4

O que em um primeiro momento era apenas uma sugestão de um protocolo entre países europeus [Acordo de Bolonha – 1998], passou, posteriormente, a ser uma necessidade para todos os países e uma nova oportunidade para adquirir um conhecimento mais amplo e diversificado. Para muitas nações, **esse acordo foi mais que acadêmico; foi comercial. (...)**

É interessante enfatizar que um processo que começou na Europa acabou influenciando o mundo inteiro. O Brasil não ficou de fora dessas novas iniciativas de internacionalização, na grande maioria, relacionadas à mobilidade de estudantes, à participação de docentes em eventos no exterior e à publicação em periódicos internacionais (p.3).

AZEVEDO,
Mário Luiz
Neves de.
Internacionali-
zação da
Educação
Superior em
questão:
mitos,
enganos e
verdades.
Horizontes
Latino
Americanos,
Vol. 3 | Nº 1
| Dic. 2014.

Para Knight, o processo de internacionalização da educação superior, para ser autêntico, contempla as seguintes características:

1) aprimorando e respeitando o contexto local;

2) um processo adaptável;

3) benefícios, riscos e consequências não intencionais;

4) não se trata de uma finalidade em si;

5) globalização e internacionalização são diferentes, mas estão associadas (Knight).

AZEVEDO,
Mário Luiz
Neves de.
Internacionali-
zação da
Educação
Superior em
questão:
mitos,
enganos e
verdades.
Horizontes
Latino
Americanos,
Vol. 3 | Nº 1
| Dic. 2014.

Dada a diversidade cultural na América do Sul, merece atenção especial a primeira verdade mencionada por Knight, em virtude de ser **imprescindível que a internacionalização da educação superior aconteça respeitando o contexto local (cidade e campo), de maneira que a solidariedade internacional fortaleça as mudanças sociais, contribuindo para a implementação de políticas públicas inclusivas e progressivamente transformadoras nas escalas de atuação das IES, dos entes públicos (com autoridade em nível local, regional e nacional) e dos diversos atores sociais implicados ...** (p.100).

AZEVEDO,
Mário Luiz
Neves de.
Internacionali-
zação da
Educação
Superior em
questão:
mitos,
enganos e
verdades.
Horizontes
Latino
Americanos,
Vol. 3 | Nº 1
| Dic. 2014.

Aliás, nunca é demasiado lembrar,
parafraseando Knight, que **a internacionalização da educação superior não é um fim em si mesmo, mas é um processo de integração das dimensões internacional, intercultural e global às atividades próprias das instituições acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) e às suas metas e funções, em especial, a formação de pessoal nas diversas modalidades de educação superior (2012, p. 4).**

AZEVEDO,
Mário Luiz
Neves de.
Internacionali-
zação da
Educação
Superior em
questão:
mitos,
enganos e
verdades.
Horizontes
Latino
Americanos,
Vol. 3 | Nº 1
| Dic. 2014.

Um mito recidivo, revelado por Knight (2011) e corroborado por De Wit (2013), é o de supor que uma grande quantidade de convênios assinados com universidades estrangeiras significa maior internacionalização da instituição. Tal mito, da multiplicação de convênios internacionais, coincide com a sétima concepção enganosa denunciada por De Wit: **“quanto mais parcerias (convênios), mais internacionalizada é a instituição”.** De Wit observa que **“a maioria das parcerias permanece bilateral e, em diversas instituições, seu número excede em muito a soma de alunos e professores que estão em intercâmbio”** (2013, p. 21)

AZEVEDO,
Mário Luiz
Neves de.
Internacionali-
zação da
Educação
Superior em
questão:
mitos,
enganos e
verdades.
Horizontes
Latino
Americanos,
Vol. 3 | Nº 1
| Dic. 2014.

De Wit considera a ideia de que
**“internacionalização é a educação no
idioma inglês” como enganosa.** Para De
Wit, apesar de a língua inglesa estar se
tornando um meio indispensável de
divulgação, transmissão e comunicação de
conhecimentos no campo científico,
demonstrando a importância do ensino em
inglês, “há vários efeitos negativos não
esperados, que precisam de atenção”
(2013, p. 29).

Em síntese:

(...) Knight (2012) reúne cinco verdades para a internacionalização da educação superior para qualificá-la como genuína e verdadeira.

O processo de internacionalização da educação superior deve, primeiramente, respeitar o contexto local e contribuir para o aprimoramento dos laços comunitários.

Diante da diversidade cultural na América do Sul, esta “verdade” enunciada por Knight é incontornável e merece atenção, pois, para que a internacionalização da educação superior aconteça de forma orgânica e duradoura, não como um modismo ou um etnocentrismo, o contexto local (cidade e campo) deve ser respeitado.

AZEVEDO,
Mário Luiz
Neves de.
Internacionali-
zação da
Educação
Superior em
questão:
mitos,
enganos e
verdades.
Horizontes
Latino
Americanos,
Vol. 3 | Nº 1
| Dic. 2014.

uma IES com sede na América do Sul, ao se internacionalizar, não precisa renunciar aos compromissos locais, regionais, nacionais e sulamericanos. A autêntica internacionalização da educação superior adapta-se interculturalmente à comunidade de abrangência da IES.



Critérios de Internacionalização para a CAPES – 2013-2016

1. Eventos e cursos internacionais

- 1.1 Realização eventos com professores estrangeiros
- 1.2 Recebimento de eventos internacionais
- 1.3 Recebimento de cursos de professores estrangeiros

2. Intercâmbios

- 2.1 Participação com financiamento de professor estrangeiro visitante no Programa
- 2.2 Participação sem financiamento de professor estrangeiro visitante no Programa
- 2.3 Participação de professor do Programa como visitantes em universidade estrangeira
- 2.4 Realização de Mestrado e Doutorado Sandwich
- 2.5 Coorientação internacional
- 2.6 Professores do Programa em pós-doutorado internacional
- 2.7 Oferecimento de cursos ou vagas no Programa a estrangeiros
- 2.8 Participação de alunos do programa em cursos estrangeiros



[Segundo o Doc de Área] A internacionalização, na área de educação, vem sendo desenvolvida em torno dos seguintes eixos:

a) O primeiro diz respeito à internacionalização realizada, principalmente, por meio de publicações em livros e periódicos internacionais. Trata-se de resultados de pesquisas individuais ou de grupos de professores e pesquisadores publicados em periódicos internacionais de qualidade;

b) O segundo caracteriza a internacionalização como o desenvolvimento de pesquisas e outras **atividades em rede** que exigem maior envolvimento institucional do Programa e das IES. Dentre os produtos desse eixo estão também livros conjuntos e artigos em periódicos;



c) O terceiro diz respeito à **atuação de pesquisadores e professores brasileiros em programas estrangeiros, na qualidade de professores visitantes, assim como de pesquisadores estrangeiros nos programas no Brasil.** Nesta última modalidade, ganham destaque os cursos oferecidos nos programas de pós-graduação; e

d) O quarto eixo vem sendo desenvolvido por meio da **cooperação internacional, envolvendo trânsito de alunos.** Nessa linha, há cooperações com programas mais consolidados tanto nacionais quanto internacionais e recepção de alunos em programas do tipo sanduíche. **Paralelamente, é ainda valorizada a relação com países menos desenvolvidos, na forma de programas de cooperação para formação em atividades desenvolvidas com a África e alguns países da América Latina.** [No atual Edital da CAPES para internacionalização institucional – CAPES/PrInt – 70% com países indicados e 30% nos demais, conforme segue:



Foram estabelecidos os países nos quais 70% dos recursos devem ser alocados:

África do Sul

Alemanha

Argentina

Austrália

Áustria

Canadá

China

Coreia do Sul

Dinamarca

Espanha

Estados Unidos da América

Finlândia

França

Índia

Irlanda

Itália

Japão

México

Noruega

Nova Zelândia

Países Baixos

Reino Unido

Rússia

Suécia

Suíça

(O restante dos 30% de recursos pode ser alocado para parcerias com instituições de outros países, conforme prioridades e estratégias da Instituição Proponente).



Considerando o documento de área, há outros elementos para prestarmos atenção:

- Integração e solidariedade com outros Programas/Instituições, valorizando aquelas com instituições estrangeiras e aquelas de maior duração e impacto **[REDES]**;
- Visibilidade das atividades, projetos, produções e impactos dos grupos de pesquisa que constituem os Programas; Visibilidade das produções e produtos mais relevantes do Programa **[REDES]**;

A composição do posicionamento da ANPED:

- INTERNACIONALIZAÇÃO: COMPROMISSO COM A SOCIALIZAÇÃO GLOBAL DO CONHECIMENTO

Por Angelo Ricardo de Souza (UFPR).

<http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/22-desafios-e-perspectivas-para-o-proximo-quadrinio-na-pos-graduacao-em-educacao-20182021/>

- As ciências humanas no Brasil, em geral, apresentam alguma dificuldade de expandir as fronteiras e atingir outros países, em especial levar os resultados de nosso trabalho para pesquisadores estrangeiros. **A barreira linguística é um problema, mas mais que isto, a natureza dos objetos de pesquisa também não oportuniza muito diálogo internacional.** Na área da educação, temos alguns poucos campos de conhecimento que têm um debate mais evidente com a comunidade internacional. Mas, este pouco debate, de qualquer forma, tem se restringido mais à participação em eventos e realização de estágios de pesquisa no exterior.

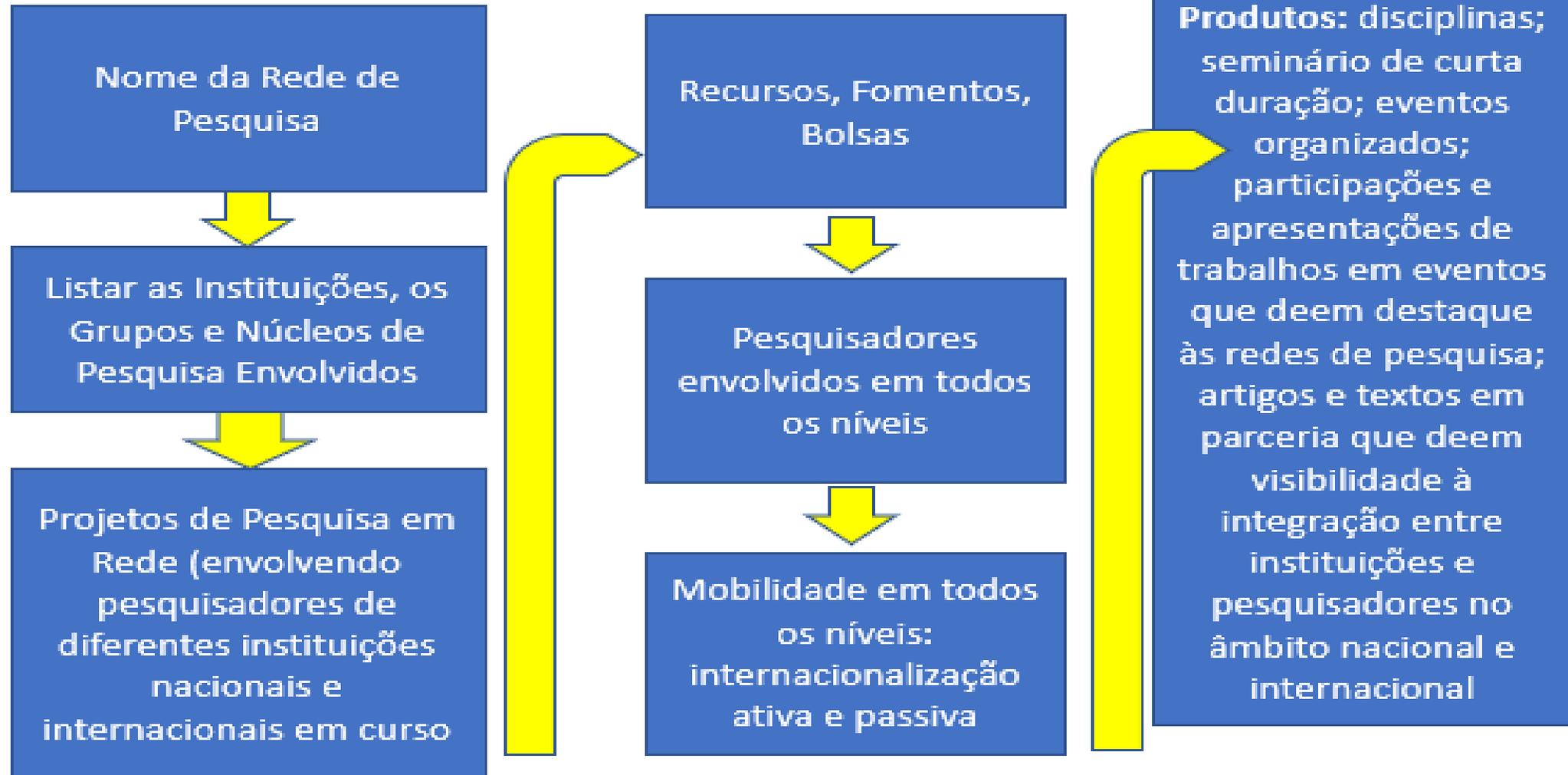
<http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/22-desafios-e-perspectivas-para-o-proximo-quadrenio-na-pos-graduacao-em-educacao-20182021/>

- Assim, é fundamental indicarmos à área a importância de se compreender que o objetivo de internacionalização está associado ao compromisso de levar para além das fronteiras nacionais nossos achados de pesquisa, e isto implica, antes de tudo, em publicação no exterior (difusão da pesquisa), intercâmbios de pesquisa (troca de conhecimentos), intercâmbio da formação (mobilidade), recebimento de docentes e discentes estrangeiros (captação de pesquisadores) e redes internacionais (integração e financiamento).

Ações do PPGEDU - UFRGS

- Editais para uso de recursos docentes e discentes com incentivo para publicações qualificadas (A1 e A2), com inserção internacional;
- “Aproveitamento” da vinda de todo/a pesquisador/a para ministrar cursos de curta-duração no Programa (seminários especiais = 1 crédito/15h). Em língua portuguesa ou estrangeira. Em 2017 foram 35 visitantes internacionais;
- Professores visitantes (projetos CNPq);
- Envio de docentes e discentes para o exterior;
- Recebimento alunos estrangeiros via OEA e PECPG/CAPES;
- Estabelecimento e manutenção de 7 projetos interdisciplinares;
- Estabelecimento e manutenção de 7 redes de pesquisa internacionais;

Redes de Pesquisa



- envio de doutorandos para doutorados-sanduiche “informais”, isto é, sem bolsa de doutorado-sanduiche CNPq ou CAPES, mantendo a bolsa do Programa e seguindo as regras estabelecidas pelas agências de fomento;
- Site em língua portuguesa, inglesa, espanhola e Libras;
- Avaliação continua do Programa – seminário de verão;
- Credenciamento e recredenciamento constante, com acompanhamento;
- Edital PNPD incluindo a possibilidade de recém-doutores estrangeiros;
- Edital professor-visitante PROPG;
- Missões de curta duração
- CAPES PRINT.
- **Desafio crescente:** constituir-se como polo atrator (ações; criar missões para atrair pesquisadores estrangeiros; publicação conjunta; políticas...)